



BATALHA
MUNICÍPIO



RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO DE 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO

DO MUNICÍPIO DA BATALHA

EXERCÍCIO DE 2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO MACRO-ECONÓMICO	9
PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL	11
1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços	11
1.1. Composição da Câmara Municipal	11
1.2. Composição da Assembleia Municipal	12
1.3. Organização dos Serviços	13
PARTE II - RECURSOS HUMANOS	15
1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	15
1.1. Controlo do Mapa de Pessoal	15
1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal	16
1.3. Absentismo / Assiduidade	18
PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL	19
1. ANÁLISE ORÇAMENTAL	19
1.1. Execução Orçamental da Receita	19
1.2. Execução Orçamental da Despesa	20
1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano	22
1.4. Indicadores de Gestão orçamental	23
2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	28
2.1. Análise ao Balanço	27
2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)	32
2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução)	34
2.4. Análise à Demonstração de Resultados:	35
2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial	39
2.6. Anotação de factos relevantes:	41
2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:	41
2.8. Considerações Finais:	42

(Página propositadamente deixada em branco)

INTRODUÇÃO

1. Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório reportado ao exercício económico de 2016, o qual procura ser clarificador quanto à origem das receitas e aplicação das despesas, bem como à situação económica e financeira da Autarquia e seu desempenho, traduzido em alguns indicadores de atividade.
2. Com este Relatório de Gestão, e com os restantes documentos da prestação de contas, **pretende-se dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira do Município da Batalha**, reportada a 31 de dezembro de 2016, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à prossecução das atividades desenvolvidas e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados, respondendo às questões do município.
3. Atividade concretizada num quadro caracterizado já por alguns indicadores de melhoria económica e social em termos nacionais, mas que não deixou de traduzir ainda grandes dificuldades na vida quotidiana das populações e dos municípios.
4. É nesse quadro que submetemos à apreciação dos órgãos do Município um quadro de avaliação que, no essencial, confirma a possibilidade de colocar ao serviço da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Batalhenses as oportunidades que se nos deparam para consolidar o caminho que permite desbravar um futuro melhor para todos.
5. A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, e os resultados alcançados no quadro da intervenção municipal, permitem-nos concluir que, colocando as capacidades disponíveis no Município ao serviço de todos, **fomos capazes de contribuir num sentido positivo na melhoria de uma realidade social e económica.**
6. Este facto fica bem expresso na integral manutenção dos compromissos assumidos com os Batalhenses no quadro das prioridades de desenvolvimento que correspondem a responsabilidades e atribuições próprias das autarquias locais, na promoção e usufruto dos bens culturais, do desporto, da educação, do apoio ao movimento associativo e à criatividade e capacidade de intervenção dos jovens e dos menos jovens.

7. Mas fomos além dessas responsabilidades próprias. Intervimos diretamente e apoiamos iniciativas em articulação com outras entidades e instituições, em domínios tão importantes da vida social e coletiva como o apoio social e económico de emergência, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), permitindo enfrentar no imediato situações de exclusão com que infelizmente alguns Batalhenses ainda se confrontam.
8. Fomos, no essencial, capazes de aproveitar as oportunidades abertas ao longo do exercício, e criámos nós próprios outras oportunidades. **Os recursos, os esforços e os equipamentos de que o Município dispõe foram, ao longo de todo o exercício de 2016, prioritariamente colocados ao serviço da criação das necessárias condições para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Batalhenses, reforçando a** nossa determinação em contribuir ativamente para a construção de um Concelho cada vez mais humanizado.
9. Perante as dificuldades que afetaram ainda o nosso quotidiano coletivo em 2016, recusámos novamente o conformismo e a resignação. Procurámos colocar-nos sempre na primeira linha da luta pelo reforço dos mecanismos de solidariedade e de apoio social. Dirigimos o investimento municipal prioritariamente para a satisfação de necessidades ao nível da educação e do ensino dos nossos jovens estudantes.
10. Destacamos, entre outras ações e medidas, o alargamento do programa nacional de distribuição gratuita de manuais escolares para os alunos do 1.º ano de escolaridade, para todas as crianças matriculadas no primeiro ciclo do ensino básico público. Assegurámos, neste quadro, a atribuição dos manuais escolares a todos os alunos matriculados nos 2.º, 3.º e 4.º anos do 1.º CEB.
11. Prosseguimos todos os programas municipais de promoção da cultura e que dão corpo a uma programação cultural de qualidade, mantendo todos os equipamentos municipais em atividade permanente ao longo do ano, estabelecendo parcerias com o Mosteiro da Batalha e instituição de referência nacional e regional, garantindo assim uma oferta muito diversificada nas diferentes formas de expressão artística e cultural que conhecemos.
12. À intensa atividade cultural associámos intimamente a **promoção turística e económica do Concelho, promovendo a Batalha enquanto destino turístico de excelência e de todo o ano.**

13. Decidimos e concretizámos uma diminuição significativa do esforço financeiro das famílias relativamente a bens e serviços prestados pelo Município, reduzindo em geral todos os valores pagos por esses bens e serviços por revisão das taxas e dos preços praticados.
14. Esta realidade foi particularmente sensível, e sentida, junto dos muitos dos utentes dos serviços de ATL e refeições escolares, que viram os valores cobrados reduzidos em cerca de 30%. Mas também a atividade urbanística, numa postura de apoio à retoma desta atividade económica no Concelho, beneficiou largamente do valor reduzido das taxas e impostos decididos pelos órgãos municipais.
15. **Centrado em particular na área pedagógica e ambiental privilegiada que é o Ecoparque Sensorial da Pia do Urso, 2016 foi o ano que consagrou aquele projeto e o Município da Batalha como Município do Ano – região Centro, distinção da Universidade do Minho** que marcou a realização de dois novos e intensos momentos de grande importância e significado, com a requalificação do parque de estacionamento e a reabertura de uma nova estação, a Toca do Urso, uma ação pedagógica realizada em parceria com a SUMA.
16. Ao nível da manutenção, conservação e reabilitação de vias de circulação no Concelho, o exercício de 2016 traduziu um significativo investimento municipal, com intervenções em todas as freguesias do Concelho.
17. Prosseguimos o programa de incentivo à reabilitação urbana, através do “Batalha Restaura”, que em 2016 conheceu um forte desenvolvimento, com enfoque nas ARU da Batalha e Reguengo do Fetal.
18. Ainda em matéria de regeneração urbana, a candidatura do Plano de Ação de Regeneração Urbana da Batalha (PARU) a fundos da União Europeia foi “admitida e aprovada com a classificação global de boa”, nos termos da comunicação recebida da entidade gestora do Programa Operacional do Centro (Centro 2020).
19. O PARU da Vila da Batalha prevê um investimento global de 4,9 milhões de euros, sendo a componente pública na ordem dos 3,2 milhões de euros e que potenciará o investimento privado na ordem dos 1,7 milhões de euros com base em intenções já manifestadas no âmbito do plano aprovado.
20. Prosseguindo uma política e uma prática concreta de investimento na salvaguarda do património construído no nosso Concelho, tendo como objetivo impedir a sua degradação e eventual desaparecimento, bem como atendendo à classificação efetuada do Sítio de Interesse Municipal da Pedreira Histórica de Valinho do Rei e da Pedreira Histórica de Pidiogo, **a Câmara Municipal da Batalha deliberou criar uma Zona Especial de Proteção, como elemento adicional de proteção das pedreiras históricas do Mosteiro.**

21. No domínio do património, **o ano de 2016 trouxe a confirmação do mosteiro da Batalha como Panteão Nacional, como era desejo da autarquia, da Direção do Monumento Nacional e de vários investigadores universitários**, objetivo realizado com a publicação da Lei n.º 14/2016, de 9 de Junho, que confere ao monumento nacional honras de Panteão Nacional.
22. Prosseguimos a política de parcerias transparentes com todas as instituições parceiras do Município no trabalho e no esforço de construção de um Concelho mais desenvolvido e mais solidário.
23. Aprofundámos, neste âmbito, um quadro de corresponsabilização entre o Município e as entidades de toda a natureza, apoiando o Movimento Associativo que desempenha um papel central na dinamização cultural, recreativa e desportiva no Concelho, não esquecendo nem preterindo ninguém. De igual forma, reforçamos o apoio aos Bombeiros em 30 mil euros e deliberamos apoiar a construção de dois novos lares no Concelho, para suprir necessidades de atuação no domínio social.
24. No domínio da proteção do ambiente, prosseguimos intensa intervenção municipal na conservação, promoção e proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade.
25. Entre os múltiplos processos em que o Município permanece envolvido, destacamos necessariamente a **aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Município da Batalha, por despacho de 29 de março do Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta.**
26. O documento, que conta com uma validade de cinco anos, estabelece a estratégia municipal da defesa da floresta bem como as medidas necessárias a implementar, com a definição do planeamento integrado das diferentes intervenções das entidades (locais, regionais e nacionais) com competências neste domínio. Com a aprovação do Plano, passam a vigorar regras urbanísticas mais favoráveis associadas à edificação, nas áreas de perigosidade reduzida do risco de incêndio.
27. Focando a sua linha de ação em torno da estratégia municipal de defesa da floresta, o documento alude ainda para domínios relacionados com a redução da incidência dos incêndios, melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios, recuperar e reabilitar os ecossistemas, adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.
28. **Novos investimentos nas infraestruturas de águas residuais foram objeto de candidatura ao Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), representando no seu conjunto um investimento global superior a 3 milhões de euros**, no objetivo de ampliar a taxa de cobertura (atualmente em 74%) e o número de alojamentos servidos (cerca de 6.140).

29. Tivemos uma participação bastante ativa no quadro da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e das associações representativas das autarquias locais, assegurando uma ação pró-ativa no desenho de projetos e programa comuns, bem como intervindo na construção de soluções no âmbito do processo de descentralização de competências para as autarquias locais e demais processos de consolidação do quadro de autonomia e responsabilidades autárquicas.
30. Em termos orçamentais, **o exercício de 2016 fica marcado pela ausência de quaisquer dívidas em atraso a fornecedores, tendo o Município encerrado as Contas do Exercício com uma elevada taxa de execução orçamental e os meios libertos líquidos ascenderam a 2.592.937€ em 2016, contra os 2.037.407€ em 2015, ou seja, registaram um aumento de 27,3%,** e não obstante o registo de um aumento da despesa superior a 7% relativamente ao ano anterior, justificado em larga medida pelo reforço do investimento em fins de carácter social e custos com o pessoal, em resultado da integração plena do pessoal oriundo do Agrupamento de Escolas da Batalha.
31. Ultrapassando os 3 milhões de euros orientados para o investimento, o saldo das receitas correntes apurado confirma a sustentabilidade do Município. Sem dívidas a curto prazo, a Câmara da Batalha reduziu ainda em 894 mil euros o seu endividamento total, no período compreendido entre 01.01.2014 e 31.12.2016, passando dos 2,572 milhões de euros para os 1,678 milhões de euros.
32. A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar sobre o património habitacional próprio e permanente das famílias foi reduzida pelo terceiro ano consecutivo, cumprindo o compromisso assumido com os Batalhenses. Em consequência, o IMI sofreu uma ligeira diminuição (-9,3%), objeto da aprovação da redução da taxa de IMI às famílias com filhos.
33. Registe-se ainda o aumento global de ativos em cerca de 5,264 milhões de euros (+8,0%), bem como, em termos financeiros, todos os principais indicadores apresentam evoluções positivas face ao ano de 2015, respetivamente Liquidez Geral (+95,7%), Autonomia Financeira (+1.5%), Fundo Maneio Líquido (+186,0%), Meios Libertos Brutos (+42,4%) e Cash-flow patrimonial bruto (+27,3%). **Os mesmos são indiciadores de uma boa situação económica e financeira do Município.**
34. Estes números traduzem o êxito uma vez mais alcançado pelas políticas municipais de desenvolvimento e por uma gestão responsável empenhada na defesa do interesse público e no apoio social às populações, e espelham de forma fiel o empenho dos trabalhadores da Câmara Municipal.

35. Mantendo uma elevada capacidade e operacionalidade dos serviços municipais, assente numa gestão de grande rigor e exigência, fomos capazes de responder de forma positiva às exigências da missão de serviço público a que o Município se encontra vinculado. A Câmara Municipal da Batalha apostou decididamente, neste quadro de missão de serviço público que lhe compete, no reforço da participação dos cidadãos no quotidiano da vida do Município.
36. O desafio da **Modernização Administrativa foi incrementado através de um conjunto de medidas e procedimentos no âmbito da modernização dos serviços municipais**, visando uma significativa melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e às populações pelo Município, foi um dos aspetos que justifica maior destaque neste domínio.
37. A par da intervenção e investimento municipal no domínio da dinamização económica e melhoria da qualidade de vida das populações, registaram-se no Concelho da Batalha em 2016 outros contributos oriundos de importantes projetos da responsabilidade do setor empresarial privado, alguns deles já em funcionamento, e que indiciam uma retoma da atividade económica e confirmam a Batalha como um concelho atrativo para o investimento.
38. Esta realidade permite que continuemos a encarar o futuro com a necessária consciência das dificuldades que ainda permanecem, mas também com a capacidade para afirmar a Batalha, cada vez mais, como um Concelho amplamente solidário, dinâmico em termos económicos, ecologicamente sustentável, espaço de cultura, de desporto e de conhecimento, capaz de proporcionar condições e qualidade de vida sempre crescentes aos seus cidadãos.
39. Uma palavra final para os **trabalhadores da Câmara Municipal. Desde sempre, aqui temos reconhecido e sublinhado que os grandes obreiros dos resultados de excelência que a Câmara Municipal da Batalha vem alcançando ao longo destas quatro décadas de Poder Local Democrático, são naturalmente os seus trabalhadores**, e uma vez mais se nos impõe o estrito dever de registar e reafirmar essa realidade.
40. Os trabalhadores do Município da Batalha – da Câmara Municipal, dos Serviços Descentralizados da Educação, e da empresa municipal ISERBATALHA, E.M. – foram, uma vez mais em 2016, capazes de assumir a defesa intransigente do serviço público, emprestando o melhor que têm na sua capacidade de trabalho, e cumprindo com elevado sentido de missão e responsabilidade, colocando o máximo empenho e dedicação no desempenho das tarefas e funções que lhes são confiadas, zelarem e zelam em permanência pela contínua melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus concidadãos.

PARTE I - ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

1. Composição dos Órgãos e Organização dos Serviços

1.1. Composição da Câmara Municipal

Constituída por 7 membros (1 Presidente e 6 Vereadores) e, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 75 da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, o mandato dos órgãos das Autarquias Locais têm a duração de quatro anos.

Executivo (início de funções a 14/10/2013):



Presidente: Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos

Pelouros: Administração Geral; Desenvolvimento Económico e Emprego; Planeamento Urbanístico; Revisão do PDM; Obras Municipais; Freguesias; Assuntos Jurídicos; Proteção Civil; Defesa do Consumidor; Comunicação e Cooperação Externa.



Vice-Presidente: Carlos Alberto de Oliveira Henriques

Pelouros: Educação e Ação Social Escolar; Ambiente e Energia; Desporto e Coletividades; Obras Particulares e Loteamentos; Toponímia, Sinalética e Trânsito; Cemitérios, Mercados e Venda Ambulante; Logística e Equipamentos.



Vereador em Regime de Permanência: Carlos Agostinho

Pelouros: Gestão Financeira e Administrativa; Recursos Humanos e Qualificação da Administração; Setor Empresarial Local; Candidaturas a Fundos Estruturais; Modernização Administrativa e Património.



Vereador em Regime de Permanência: Cíntia Manuela da Silva

Pelouros: Ação Social; Solidariedade (Instituições Particulares de Solidariedade Social); Cultura; Turismo e Saúde.



Vereador: Carlos Emanuel Oliveira Repolho

Pelouros: Desenvolvimento Rural; Ordenamento Florestal



Vereador: Nuno Ricardo Silva Barraca

Pelouros: Pedreiras Históricas; Termalismo.



Vereador: André da Costa Loureiro

Pelouros: Juventude; Promoção do Associativismo.

1.2. Composição da Assembleia Municipal

Deputados Municipais (início de funções a 14/10/2013):

António José Martins de Sousa Lucas (Presidente)

Ana Cristina Duarte Caleira Barraca (1º secretário)

Silvestre Pereira Carvalhana (2º secretário)

António Carlos Costa Jordão

António Joaquim Soares Zeferino

Carina Filipa Sousa Tomás

Carlos Soares de Sousa
Cristóvão Mira Ribeiro
Elisabete de Jesus Moita
Graça Maria Henriques Pereira
Herculano Carvalho dos Reis
Joaquim Pinheiro Tojeiro
José Joaquim Filipe Valentim
José Tiago Pereira Couto Duarte
Leonor Ferreira Faustino
Luís Miguel Ribeiro Ferraz
Marina Valente Vieira
Nuno Miguel Costa Monteiro
Raquel Maria Cunha Ferreira
Rogério Paulo Batista da Silva
Rui Manuel Henriques de Oliveira Rodrigues

Germano Santos Pragosa (Presidente Freguesia Batalha)
Carlos Alberto Monteiro dos Santos (Presidente Freguesia Golpileira)
Horácio Manuel Gonçalves Sousa (Presidente Freguesia Reguengo Fétal)
Marco Alexandre Ribeiro Vieira (Presidente Freguesia S. Mamede)

1.3. Organização dos Serviços

A Organização Interna dos serviços municipais obedece a um **Modelo Estrutural Hierarquizado**, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artº 9º, em conjugação com o Artº 10º do D.L. nº 305/2009, de 23 de outubro. A atual estrutura orgânica do município, foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27 de fevereiro de 2015, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 16 de fevereiro de 2015.

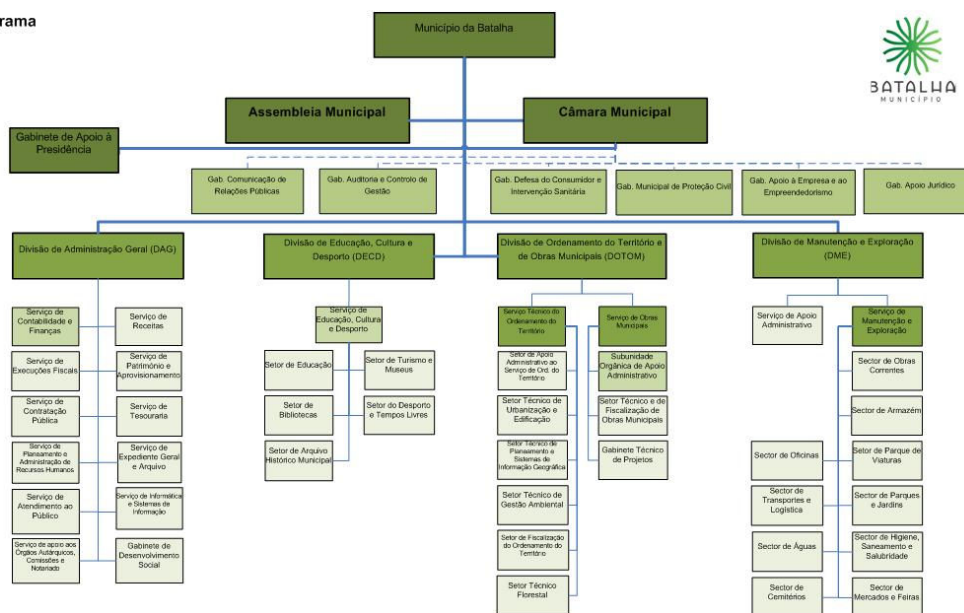
A presente estrutura orgânica tem por finalidade dotar o município de uma estrutura orgânica adequada, com perspetiva de futuro, suportada de um quadro qualificado capaz de responder com os objetivos estratégicos de desenvolvimento municipal, garantindo motivação, condições de trabalho, de eficiência e eficácia.

Pela Assembleia Municipal foi fixada a seguinte estrutura:

- A dotação máxima de Unidades Orgânicas Flexíveis é fixada em **4**, correspondente à seguinte estrutura:
 - Divisão de Ordenamento do Território e Obras Municipais (DOTOM);
 - Divisão de Manutenção e Exploração (DME);
 - Divisão de Administração Geral (DAG);
 - Divisão de Educação, Cultura e Desporto (DECD).
- A dotação máxima de Subunidades Orgânicas é fixada em 3, correspondente à seguinte estrutura:
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Educação, Cultura e Desporto;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Contabilidade e Finanças;
 - Subunidade Orgânica de apoio aos Serviços de Obras Municipais.

Da qual resultou o seguinte organograma dos serviços:

Organograma



Modelo Estrutural Hierarquizado – Conforme Dec. Lei 305/2009, de 23 de Outubro

PARTE II - RECURSOS HUMANOS

1. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Controlo do Mapa de Pessoal

Em 31 de dezembro, a estrutura de recursos humanos era composta por 149 colaboradores, distribuídos da seguinte forma:

- 6 docentes das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), cuja relação de vínculo é a título resolutivo por tempo determinado,
- 62 colaboradores (pessoal não docente) transferidos para o Município em regime de mobilidade no âmbito da contratualização de competências da administração central para a administração local (Contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Ministério da Educação e Ciência e o município da Batalha em 18 de maio de 2015)
- 1 Assistente técnico em regime de cedência de interesse público, consequência da outorga do protocolo entre o Turismo Centro Portugal (TCP) e o Município da Batalha;
- Os restantes estão integrados por tempo indeterminado através do regime de contrato em funções públicas.

O efetivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

Q.1. Efetivo Total distribuído por Relação de Vínculo

Classes	CT Tmp Indet.	Relação de Vínculo				Total
		Comissão Serviço	CT Termo	Outra	Total	
Dirigentes		4			4	
Técnicos Superiores	18		6		24	
Assistentes Técnicos	37				37	
Assistentes Operacionais	79				79	
Informática	1				1	
Outros	4				4	
TOTAL	139	4	6	-	-	149

Verificaram-se 12 entradas que dizem respeito às seguintes situações:

- 6 docentes das AEC's, devido à necessidade de assegurar a competência delegada pelo Ministério da Educação no apoio às atividades de enriquecimento curricular nas escolas primárias do Concelho da Batalha;

- 1 técnico superior na área do desporto, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 1 assistente técnico com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- 4 assistentes operacionais com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de apoio à Divisão de manutenção e exploração, nomeadamente 1 eletricista, 1 pintor, 1 fiel de armazém e 1 auxiliar de serviços gerais.

Q.2. Admissões de Colaboradores

Classes	Procº Concursal	Comissão Serviço	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos			1	1
Assistentes Operacionais	4			4
Informática				0
Outros				0
TOTAL	11	0	1	12

Em contrapartida, registaram-se 10 saídas, das quais destacamos a caducidade de 7 contratos a termo (técnicos superiores das Atividades de Enriquecimento Curricular); 2 assistentes técnicos, um por cedência de interesse público entre serviços e outro por falecimento, todos eles com vínculo à função pública, por tempo indeterminado e 1 assistente operacional por aposentação.

Q.3. Saídas de Colaboradores

Classes	Caducidade CT Termo	Revogação (Mútuo Acordo)	Outras Situações	TOTAL
Dirigentes				0
Técnicos Superiores	7			7
Assistentes Técnicos	2			2
Assistentes Operacionais	1			1
Informática				0
Outros				0
TOTAL	10	0	0	10

1.2. Custos com Pessoal e afetação do Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 2,59 milhões de euros, verificou-se um aumento de 610.797€ face ao ano anterior, fruto do acolhimento do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha ao abrigo do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. Verifica-se um aumento da rubrica remuneração aos membros dos Órgãos Autárquicos, consequência da integração de um vereador em regime meio tempo, e uma diminuição da remuneração do pessoal em qualquer outra situação devido à alteração da classificação económica da despesa, nos termos da nota explicativa do SATAPOCAL de agosto de 2015, relativamente aos encargos inerentes a estágios profissionais ou outras atividades consideradas como trabalho socialmente necessário, desenvolvidas no âmbito de protocolos com outras entidades (IEFP, Administração Central, seguranças Social) como sejam os Contratos Emprego-Inserção, Contratos Emprego-Inserção +, Estágios do PEPAL, estes passaram a ser registados como Transferências Correntes (Rubrica da despesa 040802- Famílias - Outras).

De salientar que nesta rubrica apenas, estão incluídos os colaboradores afetos ao gabinete de apoio à presidência e vereação.

Q.4. Custos com Pessoal

Descritivo	2015	2016	Peso %	Var. 15-16
Remunerações Certas e Permanentes	1.385.428	1.818.277	70,0%	31,2%
Membros dos Órgãos Autárquicos	121.426	145.074	5,6%	19,5%
Pessoal do Quadro	922.134	1.311.571	50,5%	42,2%
Pessoal em qualquer outra situação	92.720	37.183	1,4%	-59,9%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	0	0	0,0%	0,0%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	32.512	25.772	1,0%	-20,7%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	33.057	33.472	1,3%	1,3%
Subsidio de Férias e de Natal	183.580	265.204	10,2%	44,5%
Outras Despesas c/ Pessoal	198.037	209.694	8,1%	5,9%
Deslocações e Ajudas de Custo	17.799	11.599	0,4%	-34,8%
Trabalho Extraordinário	8.780	8.248	0,3%	-6,1%
Subsídio de Refeição	118.630	136.866	5,3%	0,0%
Abonos para falhas	1.812	2.345	0,1%	29,4%
Abonos e Senhas Presença	15.861	11.573	0,4%	-27,0%
Representação	35.156	39.062	1,5%	11,1%
Suplementos e Prémios	0	0	0,0%	100,0%
Segurança Social	404.001	570.294	21,9%	41,2%
Pensões	4.064	1.004	0,0%	-75,3%
Encargos com a Saúde	56.404	96.175	3,7%	70,5%
Subsídio familiar a crianças e jovens	13.743	13.364	0,5%	-2,8%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	30.026	146.943	5,7%	389,4%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	285.801	296.044	11,4%	3,6%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0,0%	0,0%
Seguros de Pessoal	13.963	16.764	0,6%	20,1%
TOTAL	1.987.466	2.598.265	100%	30,7%

Q.5 Limite Legal _ Custos com Pessoal

Ano referência	2015	2016
Nº Efetivos (Trabalhadores)	147	149
Custo Médio por Efetivo	13.520	17.438
<i>Limite Legal de Afetação Receita Corrente</i>	23,2%	28,8%
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afetação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respetivo exercício é de 60%.		
% Afetação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	38,7%	48,0%

Não obstante o aumento do número de colaboradores, manteve-se no limite legal imposto pelos D.L. nº 116/84 e 44/85. O limite foi parcialmente utilizado em 48,0%, registando-se uma situação praticamente de igual nível de afetação em relação a período homólogo do ano anterior.

O indicador que traduz o peso relativo dos custos com pessoal face à receita corrente, revela uma das mais baixas taxas a nível nacional (de apenas 28,8%).

Nos termos do artigo 32º da Lei n.º 7-A/2016 de 30/03 (LOE/2016), as Autarquias Locais podem proceder ao recrutamento de trabalhadores, nos termos e de acordo com as regras previstas na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, nomeadamente:

- Regras de Equilíbrio Orçamental;
- Cumprimento dos limites de endividamento;
- Sustentabilidade das respetivas finanças locais;

1.3. Absentismo / Assiduidade

O absentismo, traduzido no número de dias de ausência por faltas atingiu os 2.033 dias, uma diminuição de 956 dias em relação ao ano 2015.

Q.7. Absentismo

Classes	Dias de Absentismo (faltas)						Outros	Total Faltas Dias
	Casamento	Falecimento Familiar	Doença	Por Acidentes Trabalho	Assistência Família	Trabalhador Estudante		
Dirigentes								
Técnicos Superiores		8	43				14	65
Assistentes Técnicos		5	210		15		48	278
Assistentes Operacionais		20	1.542	94			34	1.690
Informática								
Outros								
TOTAL		33	1.795	94	15	-	96	2.033

PARTE III - SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1. Execução Orçamental da Receita

No exercício de 2016 verificou-se um aumento global das receitas cobradas em 13,49%, relativamente ao ano anterior. As receitas correntes registaram um acréscimo na ordem de 1,07 milhões de euros, devido ao aumento dos rendimentos de propriedade (adenda ao protocolo de concessão do Parque Eólico), assim como as transferências correntes, por via das transferências do Ministério da Educação (Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência na área da Educação. As transferências de capital aumentaram na ordem dos 1,605 milhões de euros, dos quais 1.176.945,70 € relativos aos projetos co-financiados que estavam em regime de Overbooking, e cuja execução física já tinha ocorrido em anos anteriores, designadamente:

- “Valorização Ambiental Margem Nascente do Rio Lena - Parque Ecológico e Parque de Estacionamento Periférico de Apoio Intermodal”;
- “Eixo Circular Rio Lena e Parque de Autocarros de apoio Centro Histórico e Turístico da Vila da Batalha”

As receitas cobradas ascenderam aos 13,2 milhões de euros, significando uma taxa de execução orçamental acima dos 95%, verificando-se um aumento nominal de 3 pontos percentuais em relação ao ano passado. A adoção da Lei dos Compromissos foi determinante na concretização deste nível de eficiência orçamental.

As receitas fiscais resultantes de impostos diretos, aumentaram globalmente 5,1%, cuja tendência ficou a dever-se ao aumento do IMT/SISA (78,6%) e da Derrama (24,5%). O IUC sofreu um ligeiro acréscimo (1,9%). O IMI sofreu uma ligeira diminuição (-9,3%), objeto da aprovação da redução da taxa de IMI às famílias com filhos, para os imóveis destinados à habitação própria e permanente, bem como na atribuição da isenção de 50% da taxa de IMI nos prédios de interesse público.

	Exercício 2015					Exercício 2016				
	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Liquidada	Cobrada (Líquida)	Desvio (valor)	Tx.Exec.
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	[1]	[2]	[3]	5 = [3-1]	6 = [3/1]
01 Impostos Diretos	2.807.081	2.847.899	2.817.216	10.135	100,4%	2.847.008	2.987.725	2.961.268	114.260	104,0%
02 Impostos Indiretos	88.853	76.088	76.103	-12.750	85,7%	78.067	70.576	70.576	-7.491	90,4%
04 Taxas, Multas O. Penalidades	606.374	628.390	628.941	22.567	103,7%	779.247	631.560	627.953	-151.294	80,6%
05 Rendimentos de Propriedade	565.614	1.183.316	806.735	241.121	142,6%	1.689.445	1.256.218	1.136.218	-553.227	67,3%
06 Transferências Correntes	4.380.151	4.688.674	4.390.461	10.310	100,2%	5.036.139	4.970.609	4.970.609	-65.530	98,7%
07 Venda Bens e Serviços Cor.	312.728	279.532	263.707	-49.021	84,3%	237.930	155.480	140.495	-97.436	59,0%
08 Outras Receitas Correntes	2.720	12.404	10.371	7.651	381,3%	7.400	153.328	154.069	146.669	2082,0%
Receitas Correntes	8.763.521	9.716.303	8.993.534	230.013	102,6%	10.675.236	10.225.496	10.061.186	-614.050	94,2%
09 Venda Bens Investimento	549.176	166.548	166.548	-382.628	30,3%	345.900	166.499	166.499	-179.401	48,1%
10 Transferências de Capital	1.340.139	559.035	523.888	-816.251	39,1%	1.924.809	2.002.279	2.113.219	188.411	109,8%
11 Ativos Financeiros				0					0	0,0%
12 Passivos Financeiros				0					0	
13 Outras Receitas de Capital	3.000	17.741	1.206	-1.794	40,2%	1.000	17.614	17.614	16.614	1761,4%
Receitas Capital	1.892.315	743.324	691.642	-1.200.673	36,6%	2.271.709	2.186.391	2.297.332	25.623	101,1%
15 Reposições Não Abat Pag.s	2.000	768	768	-1.232	38,4%	1.000	8.204	8.204	7.204	820,4%
Saldo da Gerência Anterior	1.952.239	1.952.239	1.952.239	0		841.411	841.411	841.411	0	0,0%
Total	12.610.075	12.412.634	11.638.183	-971.892	92,3%	13.789.355	13.261.501	13.208.133	-581.222	95,8%

O grau de execução dos impostos diretos situou-se nos 2.961.268€, tendo-se verificado a superação da previsão orçamental (104%).

Q.9. Receita Fiscal e Taxas (orçada, liquidada e cobrada)

	Exercício 2015				Exercício 2016				Var. (%)	
	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	Orçada	Cobrada líquida	Desvio (valor)	Tx. Exec.	RC '16-15	
	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]	[1]	[2]	3 = [2-1]	4 = [2/1]		
IMI / Contribuição Autárquica	1.757.079	1.761.398	4.319	100,2%	1.777.667	1.597.126	-180.541	89,8%	-9,3%	
IUC / IMV	442.944	430.282	-12.662	97,1%	435.453	438.365	2.912	100,7%	1,9%	
IMT / SISA	283.039	271.937	-11.102	96,1%	291.705	485.720	194.015	166,5%	78,6%	
Derrama	324.019	353.598	29.579	109,1%	342.183	440.056	97.873	128,6%	24,5%	
Impostos Abolidos	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%	
Outros	0	0	0	0,0%	0	0	0	0,0%	0,0%	
Impostos Diretos	2.807.081	2.817.215	10.134	100,4%	2.847.008	2.961.268	114.260	104,0%	5,1%	
Mercados e Feiras	37.026	35.151	-1.875	94,9%	36.535	43.767	7.232	119,8%	24,5%	
Loteamentos e Obras Urbanização	42.114	28.678	-13.436	68,1%	34.942	20.922	-14.020	59,9%	-27,0%	
Ocupação Via Pública	3.038	9.608	6.570	316,3%	4.814	4.158	-656	86,4%	-56,7%	
Publicidade	6.258	129	-6.129	2,1%	533	0	-533	0,0%	-100,0%	
Outros Imp. Indirectos	417	2.537	2.120	608,4%	1.243	1.729	486	139,1%	-31,8%	
Impostos Indiretos	88.853	76.103	-12.750	85,7%	78.067	70.576	-7.491	90,4%	-7,3%	
Mercados e Feiras	1.550	664	-886	42,8%	957	442	-515	46,1%	-33,5%	
Loteamentos e Obras Urbanização	50.478	37.713	-12.765	74,7%	42.321	48.778	6.457	115,3%	29,3%	
Ocupação Via Pública	1.109	3.012	1.903	271,6%	1.454	2.986	1.532	205,3%	-0,9%	
Caça, uso e porte de arma	194	211	17	108,8%	257	0	-257	0,0%	-100,0%	
Licenciamento Industrial	0	0	0		0	0	0		100,0%	
Multas, Outras Penalidades e O Taxas	16.400	9.811	-6.589	59,8%	12.704	11.753	-951	92,5%	19,8%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	69.731	51.411	-18.320	73,7%	57.693	63.959	6.266	110,9%	24,4%	
Total	2.965.665	2.944.729	-20.936	99,3%	2.982.768	3.095.802	113.034	103,8%	5,1%	

O valor constante na rubrica Multas, Outras penalidades e Outras Taxas, não contempla o valor relativo à taxa de Conservação e tratamento de esgotos, bem como a Recolha e tratamento de lixo no montante de 563.993,81€ por não se tratar de receita fiscal.

1.2. Execução Orçamental da Despesa

Como se pode aferir, o grau de execução do orçamento da despesa atingiu os 75%. As despesas totais (realizadas) sofreram uma diminuição de 467.680 euros.

Nos termos da Lei dos Compromissos, e na determinação dos fundos disponíveis de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2016, existe a obrigatoriedade do registo dos compromissos para os seis meses seguintes, daí a despesa comprometida e não paga resultar num valor de 9.590.350€, incluindo despesas certas e permanente e contratos plurianuais.

Q.10. Execução da Despesa

	Despesa Orçada (corrigida)	Despesa Comprometida no exercício	Despesa Paga	Desvio	Taxa Execução (%)	Comprometida e Não Paga
	[1]	[2]	[3]	4 = [3-1]	5 = [3/1]	6 = [2-3]
01 Pessoal	2.927.794	2.632.392	2.598.265	-329.530	88,7%	34.128
02 Aquisição de bens e Serviços	5.370.443	5.119.028	4.506.449	-863.994	83,9%	612.579
03 Juros e Outros encargos	11.635	9.831	9.831	-1.804	84,5%	0
04 Transferências Correntes	965.903	874.156	750.722	-215.181	77,7%	123.434
05 Subsídios	697.150	697.113	556.863	-140.287	79,9%	140.250
06 Outras Despesas Corrente	160.614	153.360	134.298	-26.316	83,6%	19.062
Despesas Correntes	10.133.539	9.485.881	8.556.428	-1.577.111	84,4%	929.453
07 Aquisição de Bens de Capital	3.016.122	2.372.612	1.399.145	-1.616.977	46,4%	973.467
08 Transferência de Capital	398.333	373.978	202.443	-195.890	50,8%	171.535
09 Ativos Financeiros	72.240	71.370	71.370	-870	98,8%	0
10 Passivos Financeiros	169.121	113.063	113.063	-56.058	66,9%	0
11 Outras Despesas Capital						
Despesas Capital	3.655.816	2.931.023	1.786.021	-1.869.795	48,9%	1.145.002
Total	13.789.355	12.416.903	10.342.449	-3.446.907	75,0%	2.074.455

Verifica-se um aumento da rubrica despesas com pessoal na ordem dos 30%, relacionado com a transferência do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas da Batalha no âmbito da delegação de competência do Ministério da Educação. Também no âmbito desta delegação de competência verifica-se um aumento de 58,5% das transferências correntes, fruto da subdelegação de competência do Município no Agrupamento de Escolas da Batalha, relacionado com despesas de funcionamento.

Q.11. Comparativo da Despesa (2016 – 15)

	2015			2016			Var. % DR 2016- 2015
	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	Paga	Realizada	Peso (%) DR/DT	
01 Pessoal	1.987.466	2.023.150	18,2%	2.598.265	2.632.392	24,8%	30,1%
02 Aquisição de bens e Serviços	4.733.590	4.911.010	44,2%	4.506.449	4.624.886	43,5%	-5,8%
03 Juros e Outros encargos	13.602	13.816	0,1%	9.831	9.831	0,1%	-28,8%
04 Transferências Correntes	474.323	486.486	4,4%	750.722	771.277	7,3%	58,5%
05 Subsídios	485.723	485.723	4,4%	556.863	556.863	5,2%	14,6%
06 Outras Despesas Corrente	96.863	97.636	0,9%	134.298	147.401	1,4%	51,0%
Despesas Correntes	7.791.567	8.017.821	72,2%	8.556.428	8.742.651	82,2%	9,0%
07 Aquisição de Bens de Capital	2.177.518	2.194.980	19,8%	1.399.145	1.490.815	14,0%	-32,1%
08 Transferência de Capital	298.263	311.047	2,8%	202.443	214.975	2,0%	-30,9%
09 Ativos Financeiros	71.370	71.370	0,6%	71.370	71.370	0,7%	0,0%
10 Passivos Financeiros	490.556	505.337	4,6%	113.063	113.063	1,1%	-77,6%
11 Outras Despesas Capital	0	0	0	0	0	0,0%	0,0%
Despesas Capital	3.037.707	3.082.734	27,8%	1.786.021	1.890.224	17,8%	-38,7%
Total	10.829.274	11.100.555	100,0%	10.342.449	10.632.875	100,0%	-4,2%

Q.12. Transferências Correntes e de Capital

	Exercício 2015		Exercício 2016	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Transferências Correntes				
Apoios ao Associativismo (PDC)	320.254	25,45%	393.180	26,04%
Freguesias	19.620	1,56%	31.631	2,09%
Empresa Municipal (*)	485.723	38,60%	556.863	36,88%
Administração Central (Agrup.Esc.)	75.994	6,04%	211.804	14,03%
Outras Transf ^{as}	58.455	4,65%	114.107	7,56%
Transferências de Capital				
Apoios ao Associativismo (PDC)	163.022	12,96%	136.038	9,01%
Freguesias	108.741	8,64%	66.405	4,40%
Empresa Municipal (*)	0	0,00%	0	0,00%
Outras Transf ^{as}	26.500	2,11%		0,00%
Total	1.258.309		1.510.028	

* Inclui subvenções financeiras à ISERBATALHA. Excetuam-se contratos de prestação de serviços.

Os apoios ao associativismo realizados em 2016 foram na ordem dos 529.218€ (Transferências correntes e Capital) e tiveram larga expressão no cômputo geral das transferências. No ano anterior foi paga despesa por conta do Programa Municipal de Apoio ao Associativismo (PMAA) na ordem dos 483.276 €. Verifica-se que as subvenções financeiras à Iserbatalha, referentes aos contratos programa celebrados ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (Lei do setor empresarial Local), sofreram um aumento de 71.140, objeto do ajustamento do valor dos contratos programa no domínio da Educação, Museu e Desporto.

As transferências para as Juntas de Freguesia foram de 98.036€, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano de 2015.

1.3. Execução Orçamental das Grandes Opções do Plano

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 90%. Obtivemos um índice de eficiência orçamental bastante elevado, devido a uma programação mais ajustada dos fundos disponíveis e da capacidade do Município em gerar receita própria.

OBJECTIVO/PROGRAMA		DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
		Faturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
1	FUNÇÕES GERAIS	464.826	456.128	884.073	1.187.810	74%
111	Administração Geral	377.436	368.738	758.107	1.055.710	72%
121	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	87.390	87.390	125.966	132.100	95%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	4.512.662	4.350.572	5.239.145	5.526.287	95%
211	Ensino Não Superior	516.184	501.753	581.773	618.774	94%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	940.287	902.355	1.104.456	1.136.082	97%
221	Serviços Individuais de saúde	12.600	12.600	12.600	16.690	75%
232	Ação Social	53.389	53.389	181.244	193.150	94%
241	Habituação	0			1.000	
242	Ordenamento do território	140.598	54.538	163.807	196.010	84%
243	Saneamento	839.050	839.050	938.857	1.018.396	92%
244	Abastecimento de Água	10.532	10.532	11.085	22.100	50%
245	Resíduos Sólidos	783.156	783.156	812.417	812.478	100%
246	Proteção Meio Ambiente Conserv. Natureza	184.635	184.635	298.687	304.933	98%
251	Cultura	499.192	494.183	549.282	574.824	96%
252	Desporto Recreio e Lazer	442.953	424.296	494.851	541.450	91%
253	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	90.086	90.086	90.086	90.400	100%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	664.522	664.522	1.036.919	1.252.364	83%
320	Indústria e Energia	40.919	40.919	41.215	46.800	88%
331	Transportes Rodoviários	573.764	573.764	687.117	862.578	80%
340	Comércio e Turismo					
341	Mercados e Feiras					
342	Turismo	49.840	49.840	308.587	342.986	90%
4	OUTRAS FUNÇÕES	276.969	276.969	352.189	418.286	84%
410	Operações da Dívida Autárquica	184.433	184.433	184.433	241.361	76%
420	Transferências entre Administrações	92.536	92.536	167.756	176.925	95%
TOTAL		5.918.979	5.748.191	7.512.326	8.384.747	90%
RESUMO :						
1	FUNÇÕES GERAIS	464.826	456.128	884.073	1.187.810	74%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	4.512.662	4.350.572	5.239.145	5.526.287	95%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	664.522	664.522	1.036.919	1.252.364	83%
4	OUTRAS FUNÇÕES	276.969	276.969	352.189	418.286	84%
TOTAL		5.918.979	5.748.191	7.512.326	8.384.747	90%

A capacidade financeira subjacente a baixos níveis de endividamento e o equilíbrio de tesouraria atingido, constituíram os fatores determinantes da sustentabilidade financeira do Município, capacitando-o para a concretização do seu plano plurianual de investimentos. No mapa da execução das Grandes Opções do Plano, retratámos os *objetivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, ação social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infraestruturas rodoviárias, de entre outras funções e atribuições do Município. O Plano revela a realização de despesa que ascende os 8 milhões de euros, sendo a expressão das prioridades definidas pelo Executivo.

Os principais investimentos foram realizados no domínio da educação, do saneamento, dos resíduos sólidos e dos transportes rodoviários. No mapa de execução do Plano Plurianual de Investimentos e das Atividades Mais Relevantes estão evidenciados os projetos com maior representatividade na execução da despesa (ver anexo: Mapas Orçamentais). Os investimentos realizados, constantes no PPI, foram assegurados pelas seguintes fontes de financiamento:

Q.14. Fontes de Financiamento dos Investimentos

	Exercício 2015		Exercício 2016	
	Valor	Peso (%)	Valor	Peso (%)
Empréstimos Bancários M/L prazo	0	0,0%	0	0,0%
Venda de Bens de Investimento	166.548	5,5%	166.499	9,3%
Transferências de Capital		0,0%		0,0%
FEF K (O.E.)	325.951	10,7%	576.983	32,3%
Contratos-Programa	773	0,0%	3.191	0,2%
Fundos Comunitários	197.164	6,5%	1.533.046	85,8%
Outras Receitas de Capital	1.206	0,0%	17.614	1,0%
Receitas Próprias de Funcº	2.346.065	77,2%	0	0,0%
Investimento Pago	3.037.707	100,0%	1.786.021	100,0%

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico no ano de 2016, foi a receita de fundos comunitários (85,8%), fruto do recebimento dos valores relativos aos projetos co-financiados em regime de Overbooking, cuja execução física e financeira ocorreu nos períodos anteriores.

A rubrica FEF capital apresenta um valor de 247.278,04€, contabilizado a mais, relativo a uma troca de registo na classificação económica, foi classificado como receita de capital, quando deveria ter sido classificado como receita corrente.

1.4. Indicadores de Gestão Orçamental

Com a evolução das receitas próprias de funcionamento, a saúde financeira da Autarquia passou de 15% para 17%, situação corroborada pelo peso relativo das receitas de funcionamento sobre as receitas totais (83% no ano em análise, quando em período homólogo do ano anterior era de 95%).

Pode-se verificar no mapa seguinte que, a Autonomia Financeira passou de 1.402.991 € para 1.745.256€.

O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 83%.

Q.15. Indicadores Orçamentais

INDICADORES	2014	2015	2016
Receitas Fiscais			
(Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.)	3.749.174	3.552.377	3.686.346
Receitas Próprias de Funcionamento			
(Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros)	8.784.469	9.194.557	10.301.684
Serviço da Dívida			
(Encargos Financeiros + Passivo Financeiro)	509.662	504.158	122.894
Receitas de Funcionamento / Receitas Totais	89%	95%	83%
Autonomia Financeira			
(Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes)	1.688.107	1.402.990	1.745.256
Saúde Financeira			
(Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.)	19%	15%	17%

Estruturalmente, a autarquia goza de equilíbrio financeiro, situação das mais confortáveis a nível nacional.

1.5. – Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município da Batalha cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

Q.16. Poupança Corrente do Exercício

RECETAS		DESPESAS		POUPANÇA	
[1]		[2]		Valor	%
				[3] = [1] - [2]	[3]/[1]
Correntes	10.061.186	Correntes	8.556.428	Correntes	15%
Capital	2.297.332	Capital	1.786.021	Capital	22%

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município da Batalha evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2016, o excedente de 1,4 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações médias.

Q.17. Regra de Equilíbrio Orçamental

Designação	2016
Receita corrente bruta cobrada	10.109.367,62
Despesa corrente	8.556.427,75
Saldo corrente	1.552.939,87
Amortizações médias	149.085,59
Equilíbrio Orçamental	1.403.854,28

2. ANÁLISE PATRIMONIAL: BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.1. Análise ao Balanço

O Balanço adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2016.

Pela análise da sua estrutura, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 52.637.964,53€, registaram um aumento de 4.596.587,64€ em relação a 2015, fruto da integração no património municipal do edifício da Escola Básica e Secundária da Batalha, e dos Prédios urbanos onde funcionaram as “Casas dos Portageiros” localizados na Ponte da Boutaca.

A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 169.793,77€. Este facto, resultou das amortizações anuais dos empréstimos Bancários e do Fundo de Apoio Municipal.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 15.201.450,83€, diz respeito, fundamentalmente, ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

Q.18. Balanço

Ativo	AB	2016 AP	AL	2015 AL	Var. (valor)
Imobilizado:					
Bens de Domínio Público:					
Terrenos e recursos naturais	3.751		3.751	3.751	
Edifícios					
Outras construções e infra – estruturas	83.100.556	40.059.844	43.040.712	43.753.343	-712.630
Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	50.000		50.000	50.000	
Outros bens de domínio público					
Imobilizações em curso	427.774		427.774	1723.064	-1295.289
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
	83.582.081	40.059.844	43.522.238	45.530.157	-2.007.920
Imobilizações Incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos					
Imobilizações em curso	298.829		298.829	291.990	6.839
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
	298.829		298.829	291.990	6.839
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	880.382		880.382	879.318	
Edifícios e outras construções	22.741.197	2.854.520	19.886.677	14.820.653	5.066.024
Equipamento básico	1510.697	1246.965	263.732	289.737	-26.004
Equipamento de transporte	1057.464	800.680	256.784	303.987	-47.203
Ferramentas e utensílios	500.960	426.930	74.030	60.439	13.591
Equipamento administrativo	1418.947	1338.241	80.706	107.506	-26.800
Taras e vasilhame					
Outras imobilizações corpóreas	361.121	280.465	80.656	103.865	-23.209
Imobilizações em curso	742.288		742.288	240.716	501.571
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
	29.213.055	6.947.801	22.265.254	16.806.221	5.459.033
Investimentos financeiros:					
Partes de capital	166.789		166.789	166.789	
Obrigações e títulos de participação	550.469		550.469	550.469	
	717.258	0	717.258	717.258	0
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	237.040		237.040	245.197	-8.157
	237.040	0	237.040	245.197	-8.157
Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo					
	0	0	0	0	0
Dividas de Terceiros - Curto Prazo:					
Empréstimos concedidos	17.500		17.500	17.500	0
Clientes, c/c	34.888		34.888	33.597	1291
Contribuintes, c/c	8.057		8.057	8.195	-139
Utentes, c/c					
Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa	90.687	90.687			
Devedores pela execução do orçamento					
Outros Devedores	181.672		181.672	458.342	-276.669
	332.804	90.687	242.117	517.634	-275.517
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	15.108		15.108	15.108	
	15.108	0	15.108	15.108	0
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos em instituições financeiras	3.321.081		3.321.081	1257.688	2.063.394
Caixa	870		870	740	130
	3.321.952	0	3.321.952	1258.428	-2.063.524
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	435.386		435.386	406.013	29.373
Custos diferidos	18.657		18.657	21.775	-3.119
	454.043	0	454.043	427.788	26.255
Total das amortizações		47.007.645			
Total de Provisões		90.687			
Total do Activo	118.172.170	47.098.331	71.073.839	65.809.781	5.264.058

(Continuação)

Fundos próprios e passivo	2016	2015	Var. (valor)
Fundos próprios:			
Património	56.222.653	51.061.813	
Ajustamento de partes de capital em empresas			
Doações	115.000	115.000	
Reservas decorrentes de transferências de ativos			
Resultados Transitados	-3.135.436	-1.952.108	-1.183.328
Resultado Líquido do Exercício	-564.252	-1.183.328	619.076
Total dos fundos próprios	52.637.965	48.041.377	4.596.588
Passivo:			
Provisões para riscos e encargos	246.160	246.160	0
	246.160	246.160	0
Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo			
Empréstimos de M/L prazo	1.059.067	1.157.490	-98.424
Credores Administrações Públicas – FAM	285.479	356.849	-71.370
	1.344.546	1.514.339	-169.794
Dívidas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	98.307	98.164	142
Adiantamentos por conta de vendas			
Fornecedores c/c	133.337	178.021	-44.684
Fornecedores-faturas em receção e conferência	127.256	180.067	-52.811
Credores pela execução do orçamento			
Clientes e Utentes com cauções	0	0	
Fornecedores de imobilizado c/c	91.670	17.461	74.209
Fornecedores de imobilizado - Faturas em receção e conferência	15.508	0	15.508
Estado e outros entes públicos	41.944	40.510	1.434
Administração autárquica			
Outros credores	449.473	469.710	-20.237
Credores Administrações Públicas – FAM	71.370	71.370	0
	1.028.865	1.055.303	-26.438
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	614.852	465.478	149.374
Proveitos diferidos	15.201.451	14.487.123	714.327
	15.816.303	14.952.601	863.702
Total do Passivo	18.435.874	17.768.404	667.470
Total dos fundos próprios e do passivo	71.073.839	65.809.781	5.264.058

O quadro seguinte é elucidativo de que o imobilizado líquido na ordem dos 66 milhões euros resulta de uma dinâmica de investimento suportada pelo cofinanciamento dos quadros de apoio comunitários.

As amortizações foram calculadas de acordo com a Portaria 671/2000, publicada em DR n.º 91 (2ª série) de 17 de abril.

Q.19. Estrutura do Ativo Líquido

Componentes do Ativo	2014	2015	2016	VAR. (%) 15-14'
Bens de domínio público	32.288.629	45.530.157	43.522.238	-4,41%
Imobilizado incorpóreo	248.018	291.990	298.829	2,34%
Imobilizado corpóreo	16.781.479	16.806.221	22.265.254	32,48%
Sub Total	49.318.125	62.628.368	66.086.321	5,52%
Investimentos financeiros	717.258	717.258	717.258	0,00%
Existências	266.636	245.197	237.040	-3,33%
Dívidas a receber	526.040	517.634	242.117	-53,23%
Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0,00%
Depósitos e caixa	2.359.345	1.258.428	3.321.952	163,98%
Acréscimo de proveitos	382.190	406.013	435.386	7,23%
Custos diferidos	14.655	21.775	18.657	-14,32%
SubTotal	4.281.232	3.181.412	4.987.518	56,77%
Ativo Líquido	53.599.357	65.809.781	71.073.839	8,00%

Conforme se pode verificar, os bens de domínio público registaram uma variação de - 4,41% (2.007.919€) relativamente ao ano anterior, enquanto as imobilizações corpóreas registaram um aumento de 32,48% (5.459.033€). Este aumento resultou do registo do aumento de património, como já mencionado anteriormente.

Q.20. Investimentos Financeiros

Unidade: milhões de euros				
Investimentos Financeiros	2014	2015	2016	VAR. (%)
Partes de capital	166.789	166.789	166.789	0,00%
Obrigações e títulos de participação	550.469	550.469	550.469	0,00%
Investimentos em imóveis				0%
Outras aplicações financeiras				0%
Imobilizações em curso				0%
Adiantamentos				0%
Total	717.258	717.258	717.258	0%

Não se registaram variações nas rubricas de investimentos financeiros.

Q.21. Estrutura da Liquidez

Unidade: milhões de euros

Liquidez	2014	2015	2016	VAR. (%)
1 Disponibilidades	2.359.345	1.258.428	3.321.952	164%
2 Títulos negociáveis	15.108	15.108	15.108	0%
3 Dívidas a receber de curto prazo	526.040	517.634	242.117	-53%
4 Dívidas a pagar de curto prazo	963.966	1.055.303	1.028.865	-3%
5 Liquidez (5=1+2+3-4)	1.936.527	735.866	2.550.311	247%

A liquidez reduzida e imediata são indicadores que revelam uma situação de tesouraria equilibrada. Em 31/12, o prazo médio de pagamentos situou-se nos **10 dias**, corroborando o pontual cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades fornecedoras.

Q.22. Fundos Próprios

Unidade: milhões de euros

Fundos Próprios	2014	2015	2016	VAR. (%)
Componentes dos Fundos Próprios				
Fundo patrimonial	51.061.813	51.061.813	56.222.653	10,11%
Ajustamentos de partes de capital em empresas				
Reservas + subsídios + doações	115.000	115.000	115.000	0,00%
Resultados transitados	-13.110.088	-1.952.108	-3.135.436	60,62%
Resultados do exercício	-2.171.951	-1.183.328	-564.252	-52,32%
Total dos fundos próprios	35.894.773	48.041.377	52.637.965	9,57%

Apesar da influência dos resultados transitados acumulados negativos, os fundos patrimoniais aumentaram 4.596.588€. A variação homóloga é de 9,57% em relação ao ano anterior. Em nada compromete a solidez dos capitais próprios face ao ativo líquido.

2.2. Estrutura da Dívida (curto, médio e longo prazo)

A dívida a médio e longo prazo diminuiu 11,21%, repartida da seguinte forma: empréstimos bancários a médio e longo prazo diminui cerca de 98.423,77€, e pela amortização do capital Social do FAM 71.370€. O passivo de curto prazo também diminui cerca de 2,51%. Verifica-se a não existência de dívidas em mora.

Q.23. Componentes do Passivo

Unidade: milhões de euros

Componentes do Passivo	2014	2015	2016	VAR. (%)
Dívidas a médio e longo prazo	2.110.310	1.514.339	1.344.546	-11,21%
Dívidas a curto prazo	963.966	1.055.303	1.028.865	-2,51%
Total de dívidas a terceiros	3.074.276	2.569.643	2.373.411	-7,64%
Provisões para riscos e encargos	246.160	246.160	246.160	0,00%
Acréscimo de custos	589.089	465.478	614.852	32,09%
Proveitos diferidos	13.795.059	14.487.123	15.201.451	4,93%
	17.704.584	17.768.404	18.435.874	3,76%

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor, não obstante as restrições impostas pela Lei das Finanças Locais, agora designada Regime Financeiro das Autarquias Locais, e pela Lei do Orçamento de Estado. Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia refletia o valor de 2.373.411€, diminuindo 7,64% em relação ao exercício anterior.

Apesar dos formalismos que obrigam à apresentação pelas entidades fornecedoras das respetivas declarações não dívida perante a DGCI e a Segurança Social, com consequentes entropias na programação mensal dos pagamentos, os *Prazos Médios de Pagamento* situaram-se nos **10** dias, denotando um excelente desempenho da tesouraria. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

Q.24. Estrutura da Dívida

Dívidas a Terceiros (curto prazo)	2015	2016	Var.Valor
Empréstimos de curto prazo	98.164	98.307	142
Fornecedores c/c.	358.087	260.593	-97.494
Fornecedores Imobilizado	17.461	107.179	89.717
Estado e Outros Entes Públicos	40.510	41.944	1.434
Outros Credores	541.080	520.843	-20.237
Total	1.055.303	1.028.865	-26.438

Dívidas de Terceiros (curto prazo)	2015	2016	Var.Valor
Cientes, Contribuintes e Utentes	33.597	34.888	1.291
Cientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.			
Contribuintes, c/c.	8.195	8.057	-139
Estado e Outros Entes Públicos			
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	
Outros Devedores	458.342	181.672	-276.669
Total	517.634	242.117	-275.517

Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)	2015	2016	Var.Valor
Empréstimos Obtidos	1.157.490	1.059.067	-98.424
Credores Administrações Públicas – FAM	356.849	285.479	-71.370
Total	1.514.339	1.344.546	-169.794

A dívida bancária de médio e longo prazo integra uma das componentes do cálculo da dívida total dos municípios. O serviço da dívida representou um encargo total de 107.874,63 € (juros – 9.593,22 € e amortizações – 98.281,41€). É de realçar que os “spreads” aplicados aos empréstimos se mantiveram inalterados, não obstante a pressão dos bancos para o seu aumento. Manteve-se uma boa política de gestão dos passivos financeiros, através do acompanhamento dos *fixings* das taxas de juro.

Q.25. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Caracterização do empréstimo	Finalidade Emprést.	Capital		Encargos do ano			Dívida em 1 de Janeiro	Dívida em 31 de Dezembro
		Contratado	Utilizado	Amortiz.	Juros	Total		
Médio Longo prazos (b)								
59034344632-CCAMB	Infraestr. Diversas (I)	287.244,00	231.235,19	12.846,40	569,80	13.416,20	89.924,79	77.078,39
56020441977-CCAMB	Intempéries (I) **	52.427,35	52.427,35	3.240,72	6,45	3.247,17	20.271,41	17.030,69
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	1.626.135,00	1.626.135,00	16.675,85	27,66	16.703,51	313.481,25	296.805,40
56043473672-CCAMB	Infraestr. Diversas (N)	373.865,00	373.865,00	9.962,88	16,53	9.979,41	26.421,83	16.458,95
97/000917/8 - BBVA	Infraestr. Diversas (N)	2.500.000,00	1.000.000,00	55.555,56	8.972,78	64.528,34	805.555,54	749.999,98
Total		4.839.671,35	3.283.662,54	98.281,41	9.593,22	107.874,63	1.255.654,82	1.157.373,41
Endividamento de médio e longo prazo								1.157.373,41

2.3. Afetação dos Limites Legais ao Endividamento (Breve Evolução):

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respetivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excecionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projetos com comparticipação de fundos comunitários.

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais no período corresponde ao total das dívidas a terceiros do balanço do Município no período “n” (dívida a terceiros de médio e longo prazo mais as dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria).

Deste modo, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (serviços municipalizados, entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, empresas locais e participadas, cooperativas e fundações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Do referido método de cálculo, resulta que a dívida total do Município da Batalha não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de 2016, o montante de 12.679.149€. Valor este também comunicado pela DGAL. Sempre que o município não cumpra o limite previsto anteriormente, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III (Entidades intermunicipais).

Conta POCAL	Designação	Grupo Endividamento (DGAL)	Saldo Final
221	Fornecedores – C/C	Fornecedores (Contas 221 a 228)	133.336,74
228	Fornecedores – Faturas conferência	Fornecedores (Contas 221 a 228)	127.256,21
23121	Empréstimos Bancários	Empréstimos	1.157.373,41
2421*	Trabalho Dependente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.835,00
2422*	Trabalho Independente	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	628,65
2436	IVA – a pagar	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	2.803,91
244*	Imposto selo	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	17,54
2451*	Taxa Social única	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	5.126,44
249*	Outras Contribuições	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	16.532,58
2611	Fornecedores Imobilizado	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	91.670,39
2618	Fornecedores imobilizado – Fat. Confer.	Fornecedores Imobilizado (Contas 2611 a 2618)	15.508,35
263*	Sindicatos	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	263,87
265*	Fundo social dos Trabalhadores	Outros	1.019,19
2680262	Fundo de Apoio Municipal	Outros	356.848,84
2684	Credores Transferências Autarquias Locais	Outros	31.041,25
2685*	Depósito de garantia fornec. imobilizado	Cauções	348.442,64
2686*	Outros Depósitos de garantia	Estado Outros Entes Públicos (Ct. 24 a 263)	15.319,10
2687*	Retenções a favor de terceiros	Retenções a Favor de Terceiros	6.320,25
2688	Credores Diversos – Entidades Credoras	Outros	34.377,63
2689*	Entidades Credoras Diversas	Outros	12.688,96
Dívida Total (Balanço)			2.373.410,95
Operações não orçamentais			423.194,22
Fundo de Apoio Municipal (LOE/2015-exceção)			356.848,84
Dívida de operações orçamentais (Artigo 52º da Lei n.º 73/2013)			1.593.367,89
Contributo de outras entidades (artigo 54º da Lei n.º 73/2013)			84.991,64
Dívida Total de operações orçamentais			1.678.359,53
LIMITE DA DÍVIDA TOTAL			12.679.149,00
Margem face ao limite total			11.000.789,47

* Contas de operações não orçamentais

Significa que o valor da dívida total do Município a 31/12 ascende o montante de 1.678.359,53€, ficando com uma margem face ao limite legal de 11.000.789,47€.

2.4. Análise à Demonstração de Resultados:

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2016.

Pela análise comparativa dos resultados dos exercícios de 2015 e 2016, pode-se concluir que os proventos registaram um aumento global de 1.438.490,54 euros e os custos totais um aumento de 819.414,52 euros. Verifica-se um acréscimo das transferências e subsídios obtidos em cerca de 886 mil euros, o qual está relacionada com a transferência do Ministério da educação e Ciência, relativa ao contrato interadministrativo de delegação de competências no domínio da educação.

Q.27. Demonstração de Resultados

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2016		2015	
Custos e Perdas					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0		0	
	Matérias	192.266	192.266	203.540	203.540
62	Fornecimentos e serviços externos	4.349.038		4.341.629	
Custos com pessoal:					
641+642	Remunerações	2.037.904	0	1.599.901	0
643 a 648	Encargos sociais	558.620	6.945.563	413.124	6.354.654
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1.299.104	1.299.104	1.087.380	1.087.380
66	Amortizações do exercício	3.153.702		3.200.084	
67	Provisões	3.487	3.157.189	20.651	3.220.736
65	Outros custos e perdas operacionais	26	26	702	702
(A) Custos e Perdas Operacionais			11.594.148		10.867.012
68	Custos e Perdas Financeiras	12.178	12.178	15.540	15.540
(C) Custos e Perdas Correntes			11.606.326		10.882.552
69	Custos e perdas extraordinários	403.655	403.655	308.015	308.015
(E) Custos e Perdas do Exercício			12.009.982		11.190.567
88	Resultado líquido do exercício		-564.252		-1.183.328
			11.445.729		10.007.239
Proveitos e ganhos					
Vendas de produtos e prestações de serviços:					
7111	Vendas de Mercadorias	263		578	
7112+7113	Vendas de Produtos	0		91	
712	Prestações de serviços	210.235	210.498	190.578	191.247
72	Impostos e taxas	3.671.735		3.538.986	
Variação da Produção		0	0	0	0
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	155.512		145.402	
74	Transferências e subsídios obtidos	5.598.068		4.711.799	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	151.085	9.576.400	6.832	8.403.018
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais			9.786.898		8.594.265
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	543.090	543.090	529.208	529.208
(D) Proveitos e Ganhos Correntes			10.329.988		9.123.473
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.115.742	1.115.742	883.766	883.766
(F) Proveitos Totais			11.445.729		10.007.239
Resumo:					
Resultados Operacionais		B-A	-1.807.251	-2.272.747	
Resultados Financeiros		(D-B)-(C-A)	530.912	513.668	
Resultados Correntes		D-C	-1.276.339	-1.759.079	
Resultado líquido do exercício		F-E	-564.252	-1.183.328	

Q.28. Estrutura de Custos e Proveitos – Peso Relativo (%)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		%
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	192.266	2%
Fornecimentos e serviços externos	4.349.038	36%
Custos com pessoal	2.596.524	22%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	1.299.104	11%
Amortizações e Provisões do exercício	3.157.189	26%
Outros custos e perdas operacionais	26	0%
Custos e Perdas Financeiras	12.178	0%
Custos e perdas extraordinários	403.655	3%
(E) Custos e Perdas do Exercício	12.009.982	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	210.498	2%
Impostos e taxas	3.671.735	32%
Proveitos suplementares	155.512	1%
Transferências e subsídios obtidos	5.598.068	49%
Outros proveitos e ganhos operacionais	151.085	1%
Proveitos e Ganhos Financeiros	543.090	5%
Proveitos e ganhos extraordinários	1.115.742	10%
(F) Proveitos Totais	11.445.729	
Resultados Operacionais	-1.807.251	
Resultados Financeiros	530.912	
Resultados Correntes	-1.276.339	
Resultado líquido do exercício	-564.252	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que os Fornecimentos e Serviços Externos representam o custo operacional mais significativo, cujo peso relativo é de 36% sobre os custos totais do exercício, seguido dos custos das amortizações e provisões com 26% do total da estrutura de custos, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise.

Observe-se que, a estrutura de custos com pessoal pesa apenas 22% dos custos totais, constituindo um excelente referencial a nível nacional. No ano anterior, estes custos atingiram os 18%.

As transferências e subsídios obtidos representaram 49% da totalidade dos proveitos do exercício, com maior dependência das transferências do Orçamento do Estado.

Q.29. Estrutura de Custos

Unidade: milhões de euros

Custos	2014	2015	2016	VAR. (%)
Custo das mercadorias vendidas e das maté consumidas	236.911	203.540	192.266	-5,54%
Fornecimentos e serviços externos	4.218.372	4.341.629	4.349.038	0,17%
Custos com pessoal	1.837.166	2.013.025	2.596.524	28,99%
Transferências e subsídios concedidos	825.796	1.087.380	1.299.104	19,47%
Amortizações e Provisões Exercício	4.521.155	3.220.736	3.157.189	-1,97%
Outros custos operacionais	11.362	702	26	-96,37%
Custos financeiros	21.906	15.540	12.178	-21,63%
Custos extraordinários	243.685	308.015	403.655	31,05%
Total de custos	11.916.354	11.190.567	12.009.982	7,32%

No cômputo dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's), a rubrica mais representativa dos custos do Município, são os subcontratos. Estes custos estão fundamentalmente, relacionados com Recolha de Lixo através da VALORLIS [210.231,34€], Limpeza e recolhas de lixos através da SUMA [532.355,65€], Recolha de Efluentes através da ACL, [833.534,71€], e valores relativos a prestações de serviço de limpeza e manutenção de equipamentos públicos, realizados pela empresa municipal – Iserbatalha [393.000€].

Para compensação da prática de preços sociais impostos pela autarquia no âmbito dos serviços de interesse geral entregues à empresa local ISERBATALHA, houve a necessidade de atribuição de subsídios à exploração no montante de 561.000,00 € para a reposição do seu equilíbrio económico e financeiro.

Q.30. Estrutura de Proveitos

Unidade: milhões de euros

Proveitos	2014	2015	2016	VAR. (%)
Vendas de mercadorias	785	669	263	-60,65%
Prestação de serviços	210.037	190.578	210.235	10,31%
Impostos e taxas	3.654.969	3.538.986	3.671.735	3,75%
Transferências e subsídios obtidos	4.269.764	4.711.799	5.598.068	18,81%
Proveitos suplementares	67.246	145.402	155.512	6,95%
Outros proveitos operacionais	2.574	6.832	151.085	2111,52%
Proveitos financeiros	524.114	529.208	543.090	2,62%
Proveitos extraordinários	1.014.913	883.766	1.115.742	26,25%
Total de proveitos	9.744.402	10.007.239	11.445.729	14%

O aumento dos proveitos e ganhos, no montante de 1.438.490€, foi transversal a todas as rubricas de proveitos, exceto a venda de mercadorias. Destaca-se a rubrica das transferências e subsídios obtidos, com um aumento de cerca de 886 mil euros, proveniente das transferências de valores do MEC – Ministério da Educação e Ciência, consequência da delegação de competência na área da educação.

2.5. Indicadores de estrutura e de gestão patrimonial

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, verifica-se que a tesouraria da autarquia está sólida. As disponibilidades existentes em depósitos à ordem, asseguraram integralmente as dívidas assumidas de curto prazo e garantiram os meios libertos para a assunção de novos compromissos de curto prazo. A situação da liquidez geral ainda seria mais expressiva, não fora o formalismo técnico-administrativo adotado na determinação dos proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, porque só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária.

A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extrato que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência, não obstante a especialização do exercido através da contabilização na rubrica de acréscimo de proveitos.

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro muito positivo.

A capacidade do Município de financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo, medida através do índice de autonomia, evidencia uma situação muito confortável e até *sui generis* dentro da realidade autárquica.

O índice de solvência demonstra a capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, apresentado, neste momento, um dos melhores indicadores do país.

Q.31. Indicadores de estrutura

Capital Circulante	Existências	237.040 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	242.117 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	3.321.952 €	
		3.816.217 €	
Liquidez Geral	Capital Circulante	3.816.217 €	3,71
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Liquidez Reduzida	Capital Circulante-Stocks	3.579.177 €	3,48
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Liquidez Imediata	Disponibilidades	3.321.952 €	3,23
	Exigível Curto Prazo	1.028.865 €	
Autonomia Financeira	Fundos Próprios	52.637.965 €	74%
	Ativo Líquido	71.073.839 €	
Solvabilidade	Fundos Próprios	52.637.965 €	286%
	Passivo Total	18.435.874 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma boa situação de solvabilidade, revelando uma boa gestão municipal, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente três vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.

Q.32. Indicadores de Gestão Patrimonial

Indicador de imobilização dos Fundos Próprios	<= 1	Fundos Próprios	52.637.965 €	0,79
		Imobilizado Líquido	66.803.579 €	
Indicador da capacidade de Endividamento	>= 0,5	Fundos Próprios	52.637.965 €	0,98
		Capitais Permanentes	53.982.510 €	
Meios Libertos s/ o Ativo Líquido		R. Líq. +Amort.Prov.+Custos financ.	2.605.115 €	4%
		Activo Total Líquido	71.073.839 €	

2.6. Anotação de factos relevantes após a data do encerramento do exercício:

Após a data do encerramento do exercício em análise, não se verificaram factos relevantes com impacto na Prestação de Contas de 2016.

2.7. Proposta de Aplicações de Resultados:

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido negativo de 564.252,36 euros tenha a seguinte aplicação:

- - 564.252,36 euros para Resultados Transitados.

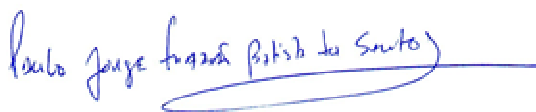
O resultado líquido do exercício de 2016 representa uma evolução positiva, pois, embora o resultado apurado ainda seja negativo de – 564.252,36 euros representa uma variação positiva face ao resultado líquido do exercício de 2015 em 52% (-619.076,02 euros), bem como já permite apurar um valor positivo de 2.588.449,82 euros de meios libertos líquidos (RL + Amortizações + Provisões), valor que releva a boa capacidade da Câmara em reembolsar capital alheio e permitir o autofinanciamento.

2.8. Considerações Finais:

O nosso agradecimento a todos os órgãos da câmara municipal, executivo e assembleia municipal, utentes, organismos da administração pública, central e regional, associações, e fornecedores, que contribuíram, decisivamente, para a realização de projetos, iniciativas e atividades promovidas pelo município. Aos nossos Colaboradores deixamos uma palavra de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, contributo fundamental para o crescimento sustentado do concelho da Batalha, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes.

Paços do Concelho, 06 de abril de 2017

O Presidente da Câmara Municipal da Batalha



Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos